

A Política Soviética para o Egito e seus Desdobramentos Sobre a Primeira Crise do Suez

*Bruna Hayashi Dalcin,
Laura Schaan Chiele 1*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal analisar a influência da União Soviética (URSS) no Oriente Médio, mais especificamente no Egito, e seus impactos na Primeira Crise do Suez. Considerando que esse evento foi um acontecimento que se insere na dinâmica bipolar da Guerra Fria, este trabalho busca delinear os condicionantes e os impactos da Crise através da análise do contexto histórico, da política externa soviética para o Oriente Médio e da evolução da presença da URSS no Egito. Através da revisão bibliográfica, constatam-se as linhas de atuação da URSS no Terceiro Mundo, seus objetivos no mundo árabe e a importância da aliança egípcia-soviética para ambos os Estados. Por fim, conclui-se que a Crise do Suez foi um episódio marcante na Détente, estreitando os vínculos entre o Terceiro Mundo e a União Soviética, sinalizando o fim da presença britânica no Egito e a decadência das antigas potências coloniais e consolidando Nasser como um símbolo do pan-arabismo e do Movimento dos Não-Alinhados.

Palavras-chave: Política externa soviética, Crise do Suez, Egito, Nasserismo, Guerra Fria.

1 Graduanadas de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo compreender a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na crise do Canal de Suez, de 1956, no Egito, através do embasamento teórico dos conflitos intersistêmicos abordado por Fred Halliday. Nesse sentido, busca-se fornecer entendimento acerca da conjuntura internacional que antecede e culmina nessa disputa. Logo, o problema desta reflexão consiste na análise dos condicionantes da Crise do Suez a partir da suposição de que essa se inseriu em um cenário internacional específico, o da Guerra Fria, identificando-se, assim, implicações sistêmicas sobre esse conflito.

Na primeira seção, analisa-se, através da concepção intersistêmica de Halliday, o contexto histórico do surgimento da Crise do Suez, tendo como ponto de partida o término da Segunda Guerra Mundial, investigando-se a evolução e as prioridades que pautavam a postura externa das duas grandes potências. A partir da compreensão desse cenário, é possível entender as motivações e os objetivos da URSS no Terceiro Mundo, questão que configura a segunda abordagem do presente artigo. Na respectiva seção, pretende-se associar as linhas de atuação externa da União Soviética ao caso específico do mundo árabe. Logo, a compreensão gradual da conduta soviética, primeiramente em relação às diretrizes mais gerais de seu comportamento internacional, seguida do afunilamento à questão árabe, permite que se explore o caso particular do Egito com embasamento mais consistente. Logicamente, as duas últimas divisões desta reflexão tratam da atuação da URSS no Egito e do papel desta na Crise do Suez, respectivamente.

Portanto, a disposição do presente trabalho ilustra o anseio de fornecer compreensão global acerca da crise no Canal do Suez, conferindo importância central à conjuntura peculiar do período na determinação da política externa soviética, mas também às especificidades presentes na dinâmica da periferia internacional. Desse modo, a pesquisa justifica-se pela importância de se analisar como transcorreu a interação entre um dos pólos de poder da Guerra Fria, a União Soviética, e o Terceiro Mundo, representado pelo Egito.

2 Contexto Histórico

Para que se entenda o significado de determinado evento no sistema internacional, a análise e compreensão da conjuntura na qual esse está inserido é crucial. Assim, para fins da presente reflexão, que se propõe a investigar a influência soviética na primeira crise do Suez, recorta-se o período desde o término da Segunda Guerra Mundial até a deflagração desta - intervalo que coincide com duas fases da Guerra Fria: a primeira, de 1945 a 1949, é marcada pelas divergências entre os Estados Unidos e a URSS, no que concerne aos planos dessas potências para o pós-guerra; a segunda, que se estende de 1950 a 1962, corresponde à projeção do conflito Leste-Oeste à periferia (VISENTINI, 2005).

Com intuito de conferir embasamento mais consistente ao entendimento do contexto da Guerra Fria, introduz-se a concepção de Fred Halliday (1994) acerca da categorização e estruturação desse conflito. Em sua obra, *Rethinking International Relations*, o autor traz a ideia do caráter “intersistêmico” da Guerra Fria, abordagem que se contrapõe às mais variadas visões teóricas sobre o tema, tais como a realista, a “subjativista” e a “internalista”². A percepção intersistêmica alega que a Guerra Fria constituiu um conflito entre dois sistemas essencialmente incompatíveis, caracterizados por organizações políticas e sociais divergentes (HALLIDAY, 1994). Nas palavras do autor,

O conflito inter-sistêmico é uma forma específica de conflito inter-estadual e inter-social, em que as formas convencionais de rivalidade - militares, econômicas, políticas - são agravadas, e muitas vezes legitimadas, por uma divergência geral de normas e políticas sociais. (HALLIDAY, 1994, p. 170, tradução livre).

Assim, Halliday (1994) aponta a hostilidade Leste-Oeste da Guerra Fria como consequência da disputa entre dois sistemas opostos, fundamentalmente competitivos e universalizantes, sendo apenas possível dar fim a essa por meio da extinção de um dos blocos. Tendo isso em vista, percebe-se que a universalização desse conflito se deu através de diversos mecanismos, mas principalmente por meio

2 Para Halliday (1994), a teoria realista enxerga a Guerra Fria como uma extensão da política tradicional das grandes potências; a abordagem “subjativista” atribui às percepções dos formuladores da política externa papel central na elaboração desta, podendo até se ter evitado o conflito, caso as informações entre a URSS e os EUA fossem mais fluídas; a concepção “internalista”, fazendo jus ao nome, localiza o desenvolvimento do conflito internamente aos blocos.

do apoio político e material a grupos ou países com projetos convergentes aos das potências, tendo essas o objetivo de estabelecer e solidificar áreas de influência, garantindo a difusão da disputa intersistêmica por todo o globo.

Tendo esclarecido no que consistiu o fenômeno da Guerra Fria, identificam-se os dois sistemas que se opuseram no período: de um lado, sob a égide norte-americana, o capitalismo ocidental, calcado na lógica do livre mercado; do outro, o complexo socialista, conduzido pelo comunismo soviético. Ainda que a ordem internacional estivesse dividida em dois pólos de poder, existia um hegemônico, nomeadamente, os Estados Unidos. A hegemonia estadunidense traduziu-se na implementação de instrumentos diplomáticos, políticos e econômicos que garantissem a estruturação da ordem internacional conforme os moldes americanos, constituindo-se, assim, a *Pax Americana* (VISENTINI; PEREIRA, 2012). A elaboração do Plano Marshall³, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o estabelecimento do Sistema Bretton Woods⁴ são alguns eventos que refletem a ordem internacional arquitetada.

Nesse sentido, o imediato pós-guerra foi marcado, então, pela solidificação do poderio americano e o constrangimento da União Soviética. Além de direcionar esforços para a reestruturação interna, a URSS teria de se defender do propagandismo anti-comunista estimulado pelo lado ocidental. O perigo soviético e a defesa do mundo livre seriam os elementos propulsores e legitimadores da Guerra Fria, e o inimigo a ser combatido, anteriormente representado pelo Eixo, seria substituído pelo “comunismo subversivo” (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Dadas as circunstâncias, e estando os esforços de ambas potências direcionados, inicialmente, à delimitação de esferas de influência no continente europeu, era vital à União Soviética garantir a segurança de seu entorno. Para tanto, buscou firmar alianças com os países vizinhos da Europa Oriental, os quais configurariam um escudo protetor em caso de ameaça ao seu território (MICHELENA, 1977).

O escalonamento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética é evidenciado pela série de eventos que se sucederam no cenário internacional no final

3 Foi um programa de reconstrução direcionado aos países afetados pela Segunda Guerra - excluindo-se a URSS e a Europa Oriental -, elaborado após o término desta, financiado pelos Estados Unidos. (MICHELENA, 1977).

4 Estabelecido em 1944, foi o sistema monetário instaurado no pós-guerra, o qual estabeleceu a conversibilidade dólar-ouro.

dos anos quarenta, tais quais: o atrito gerado entre as duas potências em função da delonga da retirada das tropas soviéticas do Irã, em 1946; a proclamação de Winston Churchill sobre a existência de uma “cortina de ferro”, também em 1946, que dividiria o lado europeu ocidental do oriental, isolando o sistema socialista; o surgimento da doutrina Truman, que previa a contenção do avanço comunista; a criação da CIA⁵ e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁶, em 1947 e 1949, respectivamente, pelos americanos, e a formação, nos mesmos anos, do Cominform⁷ e do Conselho para Assistência Mútua Econômica (CAME ou Comecon)⁸, pelos soviéticos (MICHELENA, 1977; VISENTINI; PEREIRA, 2012). Logo, observou-se no referido período a intensificação do conflito inter-sistêmico, através da criação de instrumentos que ampliassem os recursos dos dois pólos de poder.

Entretanto, mesmo que o foco inicial estivesse direcionado ao continente europeu, o confronto bipolar igualmente desdobrou-se sobre o Terceiro Mundo. Tanto os soviéticos como os americanos visavam ao estabelecimento de áreas de influência por todo o globo, buscando a supressão do bloco rival. Assim, segundo Visentini (2014), as consequências da Segunda Guerra Mundial - tais como o rechaço ao colonialismo e a defesa da autodeterminação - também atingiram a periferia do sistema internacional. Desse modo, com a emergência da Guerra Fria e a ascensão de novos princípios norteadores da ordem mundial, uma série de movimentos terceiro-mundistas em prol da independência eclodiram (VISENTINI, 2014).

Conforme Gelson Fonseca Jr. (1995), ainda que o movimento terceiro-mundista tenha se manifestado como um grupo oposto à dinâmica de poderes da Guerra Fria, representando uma via de atuação “não-alinhada” no cenário internacional, a carência por parte dos países membros de dispositivos que permitissem a realização de seus interesses próprios era visível. Segundo o autor, a consolidação de legitimidade configuraria a solução para o referido problema. Essa seria obtida através da elaboração de políticas em consonância com aquelas pautadas por um

5 Central Intelligence Agency - Agência de Inteligência norte-americana.

6 Era uma aliança militar, baseada no sistema coletivo de defesa.

7 Representava a Agência de Informação Comunista.

8 Prezava pela integração econômica dos países do leste europeu.

dos sistemas - soviético ou capitalista -, ou da promoção de um discurso “universalista” (FONSECA JR, 1995). Logo, depreende-se que, no período da Guerra Fria, todos acontecimentos e decisões foram em certa medida condicionadas e influenciadas pela disputa Leste-Oeste.

Em relação ao mundo árabe especificamente, percebe-se que a região aglutinou todas essas tendências. De acordo com Visentini (2014), o declínio dos impérios coloniais nutriu as aspirações nacionalistas, fomentando anseios pela unidade árabe - os quais foram refletidos, por exemplo, na criação da Liga dos Estados Árabes, em 1945, sob a liderança egípcia. Para o autor, a região experienciou uma nova fase a partir de 1949, momento no qual diversos projetos de independência e revoluções de caráter anti-imperialista, e até socialistas, começaram a se manifestar. Contudo, como mencionado, esses movimentos estariam subordinados ao contexto da Guerra Fria.

O caso egípcio ilustra o padrão referido: a presença colonial britânica foi substituída pelo alinhamento ao sistema socialista, principalmente após a nacionalização do Canal de Suez em 1956 (VISENTINI, 2014). Todavia, ao mesmo tempo que o país inseria-se na dinâmica bipolar, ao se aliar aos soviéticos, também procurava combatê-la, através da aproximação com o movimento neutralista - identificada na participação desse no Movimento Não Alinhado¹⁰ e na Conferência de Bandung¹¹. Desse modo, a conduta do Egito reafirmava as dificuldades enfrentadas pelos países do Terceiro Mundo na defesa individual de seus interesses, como exposto por Gelson Fonseca.

Portanto, com base na compreensão da estruturação da Guerra Fria, como um conflito intersistêmico, que se transpôs não apenas para o continente europeu, mas para todo o globo, pode-se adentrar na análise das relações entre Egito e União Soviética. Além disso, é importante lembrar que a dinâmica bipolar manifestou-se de diferentes maneiras nas áreas de influência consolidadas. Logo, o entendimento da política soviética para o mundo árabe, questão abordada na seção seguinte, exige

9 Baseia-se, segundo Gelson Fonseca (1995, p. 136), “na constituição de soluções que, diferentemente das patrocinadas pelas superpotências, de cunho parcial, tenham sentido universal.”

10 Foi um movimento criado com o objetivo de estabelecer linhas de atuação internacional neutras, independentes daquelas das grandes potências (EUA e URSS).

11 Foi uma conferência afro-asiática, que ocorreu em 1955, dedicada à promoção da cooperação entre os países identificados com o terceiro-mundo, opostos à disposição bipolar da ordem internacional.

a consciência de que essa região era composta por diversos países identificados com o Terceiro Mundo - além de configurar, como um todo, parte da periferia internacional.

3 A Política da Urss Para o Mundo Árabe

Como já exposto, o mundo árabe, como parte constitutiva da periferia internacional, também se integrou à dinâmica bipolar da Guerra Fria. Tendo isso em vista, esta seção propõe-se a explicar a evolução do interesse da URSS na região. Para tanto, é importante apontar que a concepção soviética do Oriente Médio como uma zona estratégica data desde o século XVIII, período da Rússia czarista. Todavia, o desejo de estabelecer presença e influência no local manifesta-se, de maneira mais evidente, a partir da Primeira Guerra Mundial, e intensifica-se após a Segunda Guerra.

Conforme Thomas Wolfe (1969), com a consolidação da revolução de 1917, o novo regime passou a demonstrar interesse nas áreas coloniais, potenciais zonas de influência comunista, denunciando, assim, o colonialismo e suas políticas de exclusividade. Quando os bolcheviques assumiram a direção do Estado, renunciaram-se quaisquer reivindicações territoriais anteriores no Oriente Médio; a política soviética para a região seria pautada, então, pela objeção às aspirações imperialistas e colonialistas europeias e pelo apoio ideológico aos partidos comunistas locais (BRADFORD, 1976). Todavia, esse suporte sofreu oposição regional, seja pelo caráter secularista do comunismo - entrando em choque com o islamismo -, por seu viés revolucionário - colidindo com o conservadorismo de vários Estados da região -, ou por ambos motivos (BRADFORD, 1976; WOLFE, 1969). Ainda assim, observa-se que a contestação do colonialismo constituiu um possibilitador da penetração soviética na região, instrumentalizado, inicialmente, pela assistência ao comunismo local.

Frente à ineficácia da política de sustentação dos partidos comunistas locais, a União Soviética alterou sua estratégia para a região. Promoveria-se o suporte e a cooperação com os governos árabes, independentemente da organização sócio-política desses - nacionalistas ou religiosos -, que almejassem a libertação da presença estrangeira e a independência (GINAT, 1991; WOLFE, 1969). Assim, a

partir de então, o elemento propulsor da atuação da União Soviética no Oriente Médio seria o apoio, sob a bandeira anticolonialista, aos movimentos de libertação nacional, como forma de viabilizar sua influência no local. Além disso, segundo Ginat (1991), a referida tática teria sido desenhada no VI Congresso do Comintern¹², em 1928, ainda que apenas evidenciada com efeito após a Segunda Guerra.

Portanto, dado o término do segundo conflito mundial, a política soviética para o Oriente Médio orientou-se principalmente à supressão da hegemonia britânica seguida do preenchimento do vácuo de poder que surgiria (GINAT, 1991). Para Bradford (1976), a região só adquiriu importância tática na política externa soviética após a declaração da Doutrina Truman e o advento da Guerra Fria, com o acirramento da hostilidade política e militar entre os dois sistemas rivais. O sucesso do Ocidente no cercamento da União Soviética, através da criação da OTAN e do Pacto de Bagdá¹³, expunha aos soviéticos a necessidade de expansão do seu espectro de atuação externa, alargando suas áreas de influência e o “escudo protetor” - como nomeado por Michelen (1977) - contra ameaças ao seu território (BRADFORD, 1976).

Nesse sentido, é importante a retomada da concepção de Halliday (1994) sobre a Guerra Fria, como um conflito intersistêmico com tendências universalizantes. A inflamação desta disputa, com a crescente vantagem do Ocidente em sua empreitada anticomunista, levou, inevitavelmente, à revisão por parte dos soviéticos de sua conduta externa. Assim, a universalização da rivalidade Leste-Oeste pode ser identificada na decisão soviética de desempenhar papel mais relevante no Oriente Médio, buscando o aumento de sua influência na região. Entretanto, a própria postura ocidental, encabeçada pelos Estados Unidos, de constrangimento da União Soviética e criação de instrumentos que operacionalizassem esse objetivo, já demonstrava a difusão em escala global do conflito. Logo, conclui-se que o mundo árabe configurou um dos focos de tensão no período da Guerra Fria, refletindo o modo como essa disseminou-se pela periferia internacional.

12 Termo que se refere à organização internacional - Internacional Comunista - arquitetada por Vladimir Lênin em 1919, com o intuito de reunir os diversos partidos comunistas do mundo.

13 Foi uma aliança militar, criada em 1955, entre Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido,

3.1 A influência soviética no Egito

Como já abordado, ao se estudar a política externa soviética para o Oriente Médio, pode-se afirmar que o mundo árabe consistia em um espaço estratégico para os interesses militares e comerciais russos desde Pedro, o Grande, no século XVIII (BRADFORD, 1976). O contexto de bipolaridade no qual a URSS será inserida durante a Guerra Fria, contudo, contribuirá para o aprofundamento da penetração soviética, devido à maior importância adquirida pela região na disputa internacional com os Estados Unidos. Segundo Ginat (1991, p. 22), a intensificação da influência soviética no Egito torna-se mais proeminente na segunda metade de 1955, sendo resultado de “um longo processo de desenvolvimento político e ideológico gradual no Egito”, iniciado no final dos anos 1940, sobretudo com a derrota na Primeira Guerra Árabe-Israelense¹⁴ de 1948.

Nos anos que antecederam tais transformações no Egito, a URSS tinha como estratégia para o Oriente Médio, como já mencionado, nutrir e encorajar os partidos comunistas locais, com a esperança de que esses movimentos viessem a se tornar uma vanguarda revolucionária. Os soviéticos, contudo, superestimaram a capacidade do movimento comunista no mundo árabe, calculando mal seus desdobramentos, uma vez que a influência política dos partidos comunistas não atingiu as expectativas soviéticas. Assim, é possível afirmar que, inicialmente, a influência soviética era dada de forma indireta e pouco efetiva. Embora os partidos socialista e comunista egípcios tenham se constituído em 1920 e aceitos no Comintern em 1922, seus impactos na sociedade egípcia foram limitados, uma vez que o Partido Wafd¹⁵ - considerado pelos soviéticos uma “burguesia nacional” - dominava a política do país na época. De fato, o partido comunista foi declarado ilegal e se desintegrou em 1925, travando o movimento no país, que fragmentou-se em grupos pequenos e pouco articulados (BRADFORD, 1976; GINAT, 1991).

¹⁴ Também conhecida com Guerra de Independência de Israel, ocorreu entre maio de 1948 e janeiro de 1949, opondo, de um lado, o recém-criado Estado de Israel e, de outro, alguns países da Liga Árabe, dentre eles Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Arábia Saudita. Israel saiu vitorioso do conflito, anexando cerca de 80% do território palestino.

¹⁵ Partido político nacionalista liberal do Egito. Afirma-se ter sido o partido mais popular e influente na política do Egito por um período nos anos 1920 e 1930. Foi fundamental para o desenvolvimento da Constituição de 1923, e apoiou a mudança do domínio dinástico para uma monarquia constitucional no país, onde o poder seria exercido por um parlamento nacional eleito.

Os soviéticos estabeleceram relações diplomáticas com o Egito em 1943, porém poucos foram os contatos entre os dois países até 1954, esses consistindo em alguns acordos comerciais apenas (BRADFORD, 1976). As transformações no sistema internacional, entretanto, modificariam o cenário político do Oriente Médio. Segundo Visentini (2014, p. 19), “a Segunda Guerra Mundial afetou decisivamente a periferia colonial e aprofundou as tendências descolonizadoras, latentes desde o final da Primeira Guerra e da Revolução Russa”. Dessa forma, mais do que a independência nominal concedida em 1922, o povo egípcio aspirava maior autonomia, uma vez que a declaração de independência emitida pelo Reino Unido era insatisfatória, restringia a soberania egípcia e resguardava os interesses britânicos na região (KING, 1984).

Assim, a luta anti-imperialista fortalecia-se na sociedade egípcia, especialmente entre os militares. No final dos anos 1940, um movimento politicamente diverso começa a emergir dentro da classe militar: o movimento dos Oficiais Livres. Abrangendo diferentes tendências de oposição - comunistas, membros da Irmandade Muçulmana e, até mesmo, Wafdistas -, o movimento passou a constituir uma frente nacional pela descolonização e contra a monarquia do rei Faruk, considerado corrupto, inapto e subserviente ao Ocidente. Em 1952, a presença semicolonial inglesa, já bastante contestada, acaba por ser eliminada com o golpe militar e a consequente queda da monarquia egípcia. Dessa forma, o Egito tornava-se uma República, liderada pelos oficiais nacionalistas (BOTMAN, 1986; VISENTINI, 2014).

A revolução foi percebida como ameaça aos interesses das potências imperiais ocidentais, particularmente o Reino Unido, que ocupava o Egito desde 1882, e a França, ambas desconfiadas do crescente sentimento nacionalista em territórios sob seu controle em todo o mundo árabe e na África (BRADFORD, 1976). O caráter anti-imperialista era perceptível desde os primeiros movimentos do novo governo egípcio, prejudicando as relações do Egito com o Ocidente. Além disso, grande parte dos coronéis egípcios que promoveram a revolução de 1952 eram “intelectuais emancipados que haviam estado em contato com os pequenos grupos comunistas egípcios” (HOBSBAWN, 1994, p. 137), que, dentro de uma dinâmica de conflito Leste-Oeste, também explica os temores das potências ocidentais em

relação ao Egito republicano que surgia. Embora muitos desses temores fossem, na realidade, infundados, a polarização da Guerra Fria implicava desconfianças e alertas ao sinal de qualquer mudança significativa em zonas estratégicas para as superpotências, como era o Egito.

Por outro lado, a URSS, inicialmente, encontrava-se cética sobre os reais impactos que esse acontecimento teria no Egito, considerado, até o momento, alinhado aos norte-americanos. Apenas meses depois, a percepção soviética se modificaria. Segundo Bradford (1976, p. 26, tradução livre),

[...] os soviéticos tornaram-se plenamente cientes de que o Egito não estava no campo norte-americano, nem mesmo no campo ocidental. Os analistas de Moscou também concluíram que o novo governo no Egito era forte e estável - e necessitava de ajuda. Essa reavaliação das relações Egito-Occidente veio em um momento em que Moscou começava a sentir os efeitos das políticas de cerco e contenção dos Estados Unidos; os líderes soviéticos haviam começado a buscar no mundo áreas onde a Rússia poderia competir com o Ocidente.

As características dos Oficiais Livres e, em especial, a figura do coronel Gamal Abdel Nasser configuraram-se como elementos essenciais para a compreensão da importância da aliança egípcia-soviética e de seus desdobramentos na dinâmica da Guerra Fria no Oriente Médio. Segundo Botman (1986, p. 359), os Oficiais Livres “acreditavam ter missão a realizar. Ao contrário dos partidos políticos do passado, que eles julgavam serem corruptos, antidemocráticos e que não representavam a vontade do povo, a junta passou a acreditar que a independência e modernização do Egito só poderia ser alcançada por uma liderança militar”. Nasser assume o poder em 1954, torna-se presidente e estrutura um regime republicano reformista no Egito, passando a desempenhar um papel de destaque na política internacional. Alguns o chamavam de “faraó de uniforme”, enquanto outros o consideravam o líder do mundo árabe. Nas palavras de Visentini (2014, p. 19), “seus discursos, transmitidos pela rádio às massas analfabetas, eram ouvidas em todo o mundo árabe, convertendo-o numa liderança do que era percebido como a revolução e a redenção destas”.

Ao assumir o comando do Estado, suas medidas no âmbito interno visavam à modernização do Egito, instituindo um regime laico. Promoveu importantes reformas sociais - como a reforma agrária -, a educação e o saneamento, “coibindo

paralelamente a elite capitalista e feudal do país” (VISENTINI, 2014, p. 20). Algumas de suas medidas eram consideradas políticas de esquerda, que, juntamente com o caráter autoritário e a implementação de um regime de partido único, fez com que surgissem muitos inimigos, dentro e fora do Egito. Segundo Bradford (1976, p. 38), Nasser compreendia a necessidade de centralizar e fortalecer o regime. Além disso, também percebia a importância de fomentar a economia e continuar a reforma agrária; e finalmente, fortalecer, treinar e equipar as forças armadas tornava-se imperativo, pois o governo “tinha que ser capaz de defender o Egito de ambos agressores internos e estrangeiros”.

As grandes potências ocidentais consideravam o governo Nasser como um novo tipo de socialismo, um “socialismo árabe”, devido à força e centralização do regime e as transformações que vinha realizando. Tal visão era errônea, uma vez que o governo Nasser perseguiu o Partido Comunista Egípcio e não acreditava na viabilidade do comunismo na sociedade árabe. Os ideais pan-arabistas, porém, juntamente com a participação ativa do Egito na Conferência de Bandung e sua oposição veemente ao imperialismo e ao sionismo contribuíam para a antipatia e a crescente hostilidade do Ocidente (SHEIKH, 2002; VISENTINI, 2014). Segundo Bradford (1976, p. 54), “a Grã-Bretanha se voltou contra Nasser por seus contínuos ataques contra o Pacto de Bagdá e pelo apoio ao nacionalismo nos países árabes, que funcionava contra os interesses britânicos no Oriente Médio. Os franceses estavam furiosos com o apoio de Nasser aos nacionalistas árabes no norte da África”.

Como resultado de Bandung, o Egito de Nasser, juntamente com a Iugoslávia sob Josip Broz Tito e a Índia sob Jawaharlal Nehru, foi um importante defensor do Movimento dos Não-Alinhados, que defendia que os países em desenvolvimento deveriam permanecer fora da influência dos blocos das superpotências. Apesar disso, Nasser tinha consciência de que o auxílio externo era necessário à defesa do Egito, uma vez que a questão da segurança nacional tornava-se o assunto mais crítico ao governo egípcio. Segundo Bradford (1976, p. 39, tradução livre),

O arsenal crescente de Israel, o aumento do número de incidentes em Gaza e pelo canal de Suez, e as negociações impassíveis sobre a retirada britânica do Canal e os embargos de armas impostos ao Egito tanto pela Grã-Bretanha

quanto pela França, todos indicavam que a segurança - interna e externa - era o problema mais grave do Egito.

Dessa forma, a falta de um fornecedor de ajuda e armas para o Egito era preocupante, mas Nasser acreditava que tal ajuda se materializaria a qualquer momento, vinda do Ocidente, uma vez que Nasser percebia que o Egito era um fator importante no confronto Leste-Oeste. A deteriorização das relações entre as potências ocidentais e o Egito, porém, impediu que a ajuda se concretizasse, de forma que a aliança com a URSS apresentava-se mais atrativa. Nos anos que se seguiram, o Egito tornou-se extremamente dependente assistência civil e militar soviética, principalmente após a nacionalização do Canal de Suez em 1956. Assim, a aliança egípcia-soviética proporcionava ao Egito o apoio que o Ocidente lhe negava. (BRADFORD, 1976; VISENTINI, 2014).

3.2 A participação soviética na primeira crise do Suez

“Após direcionar a política externa egípcia para o neutralismo, Nasser viu os EUA retirarem a oferta de financiamento à barragem de Assuá. Necessitando de recursos para o desenvolvimento econômico e para as reformas sociais que prometera ao povo egípcio, Nasser nacionalizou o Canal de Suez em 1956” (VISENTINI, 2014, p. 21). Ao nacionalizar o Canal, símbolo da dominação estrangeira sobre o Egito, Nasser acreditava que poderia financiar a represa de Assuá com as receitas do canal, além de servir como uma represália aos Estados Unidos e o recuo da sua ajuda (BRADFORD, 1976). Esse evento impactou o mundo bipolar, uma vez que os temores da expansão do comunismo para o mundo árabe aumentavam exponencialmente, ao passo que a aliança egípcia soviética já era uma realidade e a popularidade de Nasser elevava-se rapidamente. Dentro do Egito, como ilustra Crowcroft (2016, p. 254), a Crise do Suez representou o momento em que o presidente Nasser “encarnou pessoalmente a identidade de seu país” e atuou “no cenário mundial, reunindo uma resistência nacionalista contra a tentativa de dominação imperialista”, restaurando a dignidade do árabes depois décadas de domínio estrangeiro.

A Crise, também conhecida como Guerra de Suez, teve início em 29 de outubro de 1956, quando Israel, com o apoio da França e Reino Unido, que

utilizavam o canal para ter acesso ao comércio oriental, declarou guerra ao Egito. Assim, tropas israelenses invadiram a Península do Sinai e rapidamente superaram a oposição das tropas egípcias. No dia seguinte, Grã-Bretanha e França emitem um ultimato, exigindo a retirada de ambos os países da zona do Canal, o que foi recusado por Nasser. Em 31 de outubro, o Egito foi atacado e invadido por forças militares inglesas e francesas, que lutariam juntamente com os israelenses para enfraquecer os egípcios o máximo possível (SHLAIM, 1997). Em primeiro de novembro, os britânicos bombardearam Cairo com o objetivo de atingir a força aérea egípcia. A Grã-Bretanha calculava que o conflito culminaria na queda de Nasser, que sucumbiria à pressão interna, o que não se concretizou. Pelo contrário, “havia demonstrações maciças de apoio não só no Egito, mas em todo o mundo árabe. O bombardeio continuou e a situação do Canal de Suez tornou-se uma crise internacional” (BRADFORD, 1976, p. 58).

O planejamento de ações militares para reverter a nacionalização do Canal de Suez iniciou-se logo após a decisão ser declarada por Nasser, em julho de 1956. Seguiram-se três meses de intensas negociações diplomáticas, que, sem resultados concretos favoráveis às potências ocidentais, levaram Inglaterra e França a elaborarem acordos secretos, juntamente com Israel. Assim, segundo Troen (1996), o diário de Ben Gurion - primeiro chefe de governo de Israel - revela, de forma clara, as negociações entre Israel, França e Inglaterra, que levaram à assinatura do Protocolo de Sèvres, em 24 de outubro de 1956. Nesse documento constaria, de forma detalhada, a operação conspiratória em que os três Estados se envolveriam - o ataque israelense ao Canal -, buscando combater Nasser e frear a influência egípcia no Oriente Médio (CROWCROFT, 2016; TROEN, 1996). Nas palavras de Visentini (2014, p. 21),

O velho colonialismo franco-britânico fazia um último esforço para recuperar suas posições no Oriente Médio. Quanto a Israel, tentava tirar proveito da situação. A Inglaterra desejava reverter a nacionalização do Canal de Suez, e todos os três agressores desejavam conter ou derrubar o nasserismo, de forte apelo anticolonialista, sendo o caso mais grave para a França, em vista do apoio de Nasser à revolução argelina.

Assim, o ataque ao Suez foi cuidadosamente arquitetado pelas potências colonialistas em decadência e Israel, sendo o evento conhecido no mundo árabe

como a “Agressão Tripartite”. A posição norte-americana em relação à Crise do Suez foi, contudo, surpreendente, uma vez que não apoiou a ação dos seus aliados europeus. Desde 1952, os Estados Unidos já enfrentavam a pressão inglesa e francesa para não colaborar com o Egito, apesar do interesse norte-americano em frear a expansão da influência soviética no Oriente Médio. Assim, os vínculos tradicionais com a Europa acabaram por prejudicar a política externa norte-americana na região. Segundo Bradford (1976, p. 42),

Os Estados Unidos tradicionalmente apoiavam a política britânica e francesa e, ao fazê-lo, não conseguiram agir livremente e no melhor interesse dos Estados Unidos e do Egito no Oriente Médio. Dulles [secretário de Estado norte-americano] admitiu que os Estados Unidos deveriam continuar a seguir esta política (apoio da Grã-Bretanha e França) ‘mesmo com relutância’, a fim de manter os Estados Unidos e Europa ocidental unida no esforço para frustrar o comunismo.

Assim, com a eclosão da Crise, o posicionamento norte-americano foi bastante peculiar, considerando que o governo de Eisenhower não apenas se recusou a apoiar seus tradicionais aliados franceses e britânicos, mas também assumiu a liderança nas Nações Unidas para dissuadir a ação militar e exigir a retirada das tropas do Egito (INSAF, 2008).

A União Soviética, em contrapartida, reagiu assertiva e ofensivamente. Segundo Bradford (1976), desde a Conferência de Bandung, quando Nasser teve os primeiros contatos com Chou Enlai, o Ministro das Relações Exteriores chinês colaborou com o estabelecimento de diálogos entre o governo egípcio e a URSS, possibilitando o primeiro acordo de envio de armamento entre os dois países, que foi firmado em setembro de 1955, usando a Tchecoslováquia como uma intermediária. Assim, “esse acordo com a União Soviética para transferir armas para o Egito em troca de algodão foi o primeiro e principal elemento de base da aliança soviético-egípcia” (BRADFORD, 1976, p. 49). Dessa forma, acredita-se que, desde setembro de 1955, houve um fluxo contínuo de armamentos e auxílio técnico entre a URSS e o Egito, consolidando a influência soviética no país. Nasser percebera que a barganha com os Estados Unidos havia sido infrutífera e, de acordo com a dinâmica bipolar que se consolidava no sistema internacional, o apoio soviético passou a suprir as necessidades egípcias, sendo uma cooperação de importância estratégica para ambos os países: a URSS expandia sua influência no Oriente

Médio - e, por consequência, suprimia a presença ocidental na região - e o Egito recebia recursos financeiros, técnicos e militares para o seu desenvolvimento e sua proteção contra os inimigos britânicos e israelenses.

Com a eclosão da Crise do Suez, portanto, a URSS, já bastante envolvida na cooperação com o governo egípcio, “lançou um ultimato, exigindo a retirada das forças invasoras e ameaçando intervir militarmente” em favor do aliado árabe (VISENTINI, 2014, p. 21). Os invasores poderiam facilmente ter esmagado as tropas egípcias, mas a pressão internacional e a atuação de ambas superpotências evitaram a derrubada do governo revolucionário de Nasser e as tropas invasoras foram evacuadas do Egito cerca de um mês depois do ataque.

Assim, a Crise do Suez foi um fracasso das potências europeias decadentes, uma vez que fortaleceu o regime de Nasser e aproximou o Cairo ainda mais de Moscou. Nas palavras de Eric Hobsbawm (1995, p. 218),

Sem dúvida, em retrospecto, a tentativa da Grã-Bretanha e da França de reafirmar-se como potências imperiais globais na aventura de Suez em 1956 parece mais condenada ao insucesso do que evidentemente parecia aos governos de Londres e Paris, que planejaram junto com Israel uma operação militar para derrubar o governo revolucionário do coronel Nasser, no Egito. O episódio foi um fracasso catastrófico (exceto do ponto de vista de Israel), tanto mais ridículo pela combinação de indecisão, hesitação e inconvincente desfaçatez do primeiro-ministro britânico, Anthony Eden. A operação, mal lançada, foi cancelada por pressão dos EUA, empurrou o Egito para a URSS, e acabou para sempre com o chamado “Momento da Grã-Bretanha no Oriente Médio”, a época de inquestionada hegemonia britânica naquela região instaurada a partir de 1918.

Além disso, a Crise do Suez também acabou por prejudicar os Estados Unidos, uma vez que, após as medidas tomadas em 1956, os Estados Unidos foi obrigado a assumir o ônus da defesa global contra o comunismo, uma vez que seus aliados europeus acabaram retirando relativamente seu apoio à superpotência, que também acabou lutando sozinha na Guerra do Vietnã nos anos 1970 (KISSINGER, 1994, p. 549). A Doutrina Eisenhower, lançada em 1957 e que assegurava o envio de tropas americanas ou assistência econômica a países do Oriente Médio que estivesse sofrendo ameaça do comunismo internacional, demonstra a preocupação norte-americana com região após o fracasso de Suez. Já o Secretário de Relações Exteriores soviético respondeu com a Doutrina Shepilov,

propondo a neutralização do Oriente Médio com um fim para o Pacto de Bagdá e a remoção de todas as bases ocidentais, o que evidenciava a maior margem de manobra soviética na região (BEHBEHANI, 1986).

“Assim, Nasser conseguiu transformar uma derrota militar em um triunfo político, consolidando seu nome como a maior liderança do mundo árabe, estimulando a ideia de unificação das nações árabes” (VISENTINI, 2014, p. 21). Esse cenário era bastante favorável à URSS, que conseguiu expandir a sua influência pelo mundo árabe, estabelecendo acordos de cooperação com o Egito, a Síria e Iraque. Assim, de 1956 a 1958, a percepção soviética era de que “o Egito era um terreno fértil para o socialismo, que Nasser era, de fato, um líder das massas, e que o Egito era potencialmente um aliado valioso” (BRADFORD, 1976, p. 62). A correlação de forças na região só mudaria com a eclosão da Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel ataca de surpresa o Egito, a Jordânia e a Síria. Para o Egito, essa guerra constituiu um duro golpe no nasserismo, que inicia seu declínio interno e externo, com a perda de prestígio. O grande líder pan-arabista acaba por falecer em 1970, sendo substituído por Anwar Sadat, que reaproximará o Egito dos Estados Unidos e de Israel com os Acordos de Camp David¹⁶, em 1978 (VISENTINI, 2014).

4 Considerações Finais

Percebe-se que a região do Oriente Médio é geopoliticamente estratégica para muitos Estados: por sua localização, despertou o interesse russo desde o período czarista; por seus recursos energéticos, atraiu as potências coloniais europeias; e pela soma desses fatores, atraiu os norte-americanos. Com o processo de descolonização e o recuo da dominação colonial, a região tornou-se um vácuo de poder que seria disputado pelas duas superpotências - Estados Unidos e União Soviética - no contexto da Guerra Fria.

A estratégia soviética inicial para o Terceiro Mundo foi o fomento aos partidos comunistas locais; porém, não se mostrou frutífera no Oriente Médio. Assim, Moscou passou a apoiar, material e politicamente, os movimentos e os grupos de

16 Acordos firmados entre Anwar Sadat, sucessor de Nasser, e pelo Primeiro-Ministro Menachem Begin, de Israel, em 17 de setembro de 1978, marcando a normalização das relações entre Israel e Egito. Foi o primeiro acordo de paz entre um país árabe e o Estado de Israel.

teor de anti-imperialista, como os movimentos de libertação nacional afro-asiáticos e os nacionalismos, como o pan-arabismo. Com o triunfo da Revolução de 1952 no Egito, a União Soviética, apesar de inicialmente cética, passou a enxergar o novo regime nacionalista egípcio como um possível aliado importante no mundo árabe.

A ascensão do oficial Gamal Abdel Nasser, que logo tornaria-se o maior líder pan-arabista, foi interpretado como uma ameaça ao bloco ocidental capitalista, uma vez que as reformas econômicas e sociais promovidas, a presença forte do Estado e o discurso anticolonialista configuraram-se como um modelo mais próximo ao socialismo soviético que ao capitalismo defendido pelos Estados Unidos. O regime de Nasser, entretanto, possuía características próprias, e sua atuação no Movimento dos Não-Alinhados e a perseguição ao partido comunista no Egito evidenciava que o Egito buscava autonomia e independência, recusando ambos os blocos - tanto ocidental quanto oriental.

Os desafios que o projeto de desenvolvimento egípcio enfrentava, contudo, obrigou Nasser a usar seu poder de barganha para negociar com as superpotências o fornecimento dos recursos necessários ao Egito - auxílio financeiro, ajuda técnica e armamentos, em especial. A dinâmica da Guerra Fria afetou, assim, a jovem nação do Egito e suas relações com o resto do mundo, uma vez que essa era considerada alinhada aos soviético e contra o imperialismo ocidental. O jogo bipolar levou à deterioração das relações com o bloco capitalista e à consequente aproximação com Moscou. Dessa forma, em 1955, iniciava-se a aliança egípcia-soviética, uma vez que os Estados Unidos encontravam-se ainda comprometidos com seus aliados europeus.

A nacionalização do Canal de Suez, em 1956, levou a complexas negociações diplomáticas e à reação da Grã-Bretanha, da França e de Israel, que firmam o Protocolo de Sévres e arquitetam um ataque ao Egito, buscando enfraquecer o regime nasserista. A decadência das antigas potências coloniais é perceptível, uma vez que os Estados Unidos não apoia a ação militar e a crise internacional acaba favorecendo a União Soviética. Após ameaçar intervir a favor dos egípcios, a influência soviética no Egito e a popularidade de Nasser consolidam-se. A dinâmica da Guerra Fria carregou de significado a Crise de Suez e a retirada das tropas invasoras simbolizaram o triunfo árabe, terceiro-mundista e soviético.

Por fim, conforme Bradford (1976) expôs, é possível sintetizar os principais impactos da Crise do Suez em cinco aspectos principais: (i) a consolidação de Nasser como o líder do mundo árabe; (ii) a significativa contribuição para o fim do Pacto de Bagdá; (iii) a redução da influência britânica (e da Europa Ocidental) no Oriente Médio para zero; 4) a impossibilidade de quaisquer relações entre o Egito e os Estados Unidos; e 5) o aumento da participação e da presença da União Soviética no Egito. A Crise do Suez, portanto, foi um importante divisor de águas no contexto da Guerra Fria e na história do mundo árabe, redefinindo as relações de poder e modificando significativamente o sistema internacional da época.

The Soviet Policy for Egypt and its Developments on the First Crisis Of Suez

ABSTRACT: The main objective of this article is to analyze the influence of the Soviet Union (USSR) in the Middle East, more specifically in Egypt, and its impact on the First Suez Crisis. Considering this event as a case inserted in bipolar dynamics of the Cold War, this paper seeks to outline the determinants and impacts of the Suez Crisis through the analysis of the historical context, the Soviet foreign policy to the Middle East and the evolution of the Soviet presence in Egypt. Through the bibliographical revision, it is possible to verify how the USSR acted in the Third World, its objectives in the Arab world and the importance of the Egyptian-Soviet alliance for both States. Finally, it is concluded that the Suez Crisis was a remarkable episode in the Détente, strengthening ties between the Third World and the Soviet Union, signaling the end of the British presence in Egypt and the decay of old colonial powers, and consolidating Nasser as a symbol of the pan-Arabism and the Non-Aligned Movement.

Keywords: Soviet Foreign Policy, Suez Crisis, Egypt, Nasserism, Cold War.

Referências

BEHBEHANI, Hashim S. H. *The Soviet Union and Arab Nationalism, 1917-1966*. New York: Routledge Publishing, 1986.

BOTMAN, Selma. *The Rise of Egyptian Communism, 1939-1970*. New York: Syracuse University Press, 1986.

BRADFORD, Gregory Hale. *The Rise and Fall of Soviet influence in Egypt*. 1976. 146 pp. Tese de Doutorado - Naval Postgraduate School, Monterey, 1976.

CROWCROFT, Barbaby. *Egypt's Other Nationalists and The Suez Crisis of 1956*. *The Historical Journal*, Cambridge, v. 59, n. 1, pp. 253-285.

FONSECA JR, Gelson. O Sistema Internacional Durante a Guerra Fria. *Revista USP*, São Paulo (26): 128-137, Junho/Agosto 1995. MICHELENA, José A. *A Crise no Sistema Mundial: política e bloco de poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GINAT, Rami. *The Soviet Union and Egypt, 1947-1955*. 1991. 333pp. Tese de Doutorado - London School of Economics, London, 1991.

HALLIDAY, Fred. *Rethinking International Relations*. Londres: Macmillan Publishers, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSAF, Atmani Samia. *The Suez Crisis 1956: American Attitudes and Policies*. 2008. 161 pp. Dissertação de Mestrado - Mentouri University of Constantine, Constantina, 2008.

KING, Joan Wucher. *Historical Dictionary of Egypt*. Cairo: The American University in Cairo Press, 1984. p. 259-260.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994.

SHEIKH, Naveed. *The new politics of Islam: pan-Islamic foreign policy in a world of states*. London: Routledge. 2002. 224pp.

SHLAIM, Avi. *The Protocol of Sèvres, 1956: Anatomy of a War Plot*. *International Affairs*, Oxford, v.73, n.3, p. 509-530. jul/1997.

TROEN, S. Ilan. *The Protocol of Sèvres: British/French/Israeli Collusion Against Egypt, 1956*. Disponível em: <<https://www.brandeis.edu/israelcenter/about/troen1/TheProtocolOfSevres.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2017.